

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Requerimento Nºde 2005

(Srs. Walter Pinheiro, Fernando Ferro, Jorge Bittar e Mariângela Duarte)

Requer a realização de seminário conjuntamente com o Conselho de Altos Estudos da Câmara dos Deputados, como o seguinte tema: " Mercado de Software no Brasil: Problemas Institucionais e Fiscais

Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de seminário conjuntamente com o Conselho de Altos Estudos da Câmara dos Deputados com o objetivo de debatermos o " Mercado de Software no Brasil: Problemas Institucionais e Fiscais", com a presença de representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Indústria e Comércio, do Ministério da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal, além de pesquisadores, representantes da classe empresarial e dos trabalhadores do setor.

Justificativa

Desde o segundo semestre de 2004, o Conselho de Altos Estudos vem conduzindo um estudo bastante amplo a respeito do mercado de software brasileiro. O quadro que emerge desse estudo é, por um lado, estimulante, pois constata que o Brasil tem uma indústria de software tecnologicamente atualizada, voltada às demandas de mercado e com boa qualificação de seus profissionais.

No entanto, alguns aspectos preocupantes persistem e merecem a atenção do Parlamento, pois poderão resultar em iniciativas legislativas de amplo espectro.

No estudo constata-se que a balança comercial do setor é acentuadamente desfavorável ao Brasil. Há oportunidades no mercado externo, mas as empresas brasileiras enfrentam limitações para aproveitá-las. Parte do esforço a ser realizado depende de iniciativas institucionais, mas há outros aspectos que precisam ser examinados com maior atenção. Entre estes, destaca-se a dificuldade de linhas de financiamento especiais para o setor.

A questão tributária também prejudica a competitividade das empresas de software. Neste aspecto específico, ressaltamos a indefinição doutrinária quanto à natureza do programa de computador, se bem ou serviço, para fins de tributação. Tal indefinição traz consigo uma diversidade de interpretações quanto aos tributos aplicáveis ao setor e quanto aos benefícios que este poderá usufruir. Estes e outros tópicos merecem a atenção da Comissão de Ciência e Tecnologia para que um estudo ainda mais aprofundado possa ser concluído.

Sala da Comissão em 14 de abril de 2005

Dep. Walter Pinheiro (PT/BA)

Dep. Mariângela Duarte(PT/SP)

Dep. Fernando Ferro (PT/PE)

Dep. Jorge Bittar (PT/RJ)

